



Anais da Assembléia

Nº 224

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 10 DE DEZEMBRO DE 1997.

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademar Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Horácio Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Cristóvão - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartúrio - Hidekazu Takayama - Jíllo Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walnor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adair - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Dullio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

13ª LEGISLATURA

ATA DA 138ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 1997

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Ironi Pugliesi, Ângelo Vannoni, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro verificação de votação da ata.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

21 Srs. Deputados responderam à chamada.

Há quorum para prosseguimento da Sessão.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3219

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 716/97, relativo à Mensagem nº 113/97, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 3220

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 715/97, relativo à Mensagem nº 112/97, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 3222

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 718/97, relativo à Mensagem nº 115/97, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 3223

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei

nº 717/97, relativo à Mensagem nº 114/97, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 3203

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3221

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o adiamento em sua discussão e votação por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei Complementar nº 667/97.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3225

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subcrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, após ouvida do Plenário, REQUEREM a formação de uma Comissão Especial de Deputados para análise da situação dos servidores públicos do Estado do Paraná frente à Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pela Procuradoria do Estado junto ao Supremo Tribunal Federal, autuada sob o nº 1695-4/97, e que requer a declaração de inconstitucionalidade do § 2º do art. 35 da Constituição Estadual e de dispositivos da Lei Estadual nº 10.219/92, modificando as condições jurídicas de carreira dos servidores públicos do Estado do Paraná, composta de 05 (cinco) membros.

Na oportunidade, verifica-se indispensável à formação da Comissão Especial ora proposta, uma vez que esta Casa de Leis é parte passiva necessária, sendo seu Presidente autoridade coatora na ADIN, e deve se manifestar nos autos do próprio processo de Ação de Inconstitucionalidade. E, de outra face, tendo em vista que os dispositivos legais questionados foram debatidos e votados por esta Assembléia Legislativa, é indispensável que a instituição se pronuncie sobre tal critério

ca questão, até em face das repercussões que a mesma assume para o Estado do Paraná, servidores públicos em especial, e para toda a sociedade paranaense.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(aa) PÉRICLES MELLO

ÂNGELO VANHONI

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

CAÍTO QUINTANA

JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 3217

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação nos Anais da presente Sessão, de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Seiko Oguido, ocorrido nesta madrugada. Pai do memorável representante do Paraná na Câmara dos Deputados, ex-Deputado Federal Homero Oguido.

Requer ainda, que do teor do presente seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 3236

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Eduardo Otto, ocorrido dia 05.12.97.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 64 anos, faleceu, no último dia 05.12.97, o Dr. Eduardo Otto, que deixou viúva Dona Eduarda, 03 filhos e 03 netos.

O Dr. Eduardo Otto era natural do Município de Cruz Machado.

O passamento do Dr. Eduardo Otto veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Deputado.

O Dr. Eduardo era médico e agropecuarista. Foi no Município de Santa Isabel do Ivaí, Prefeito por duas vezes: de 1979 a 1983 e 1992 a 1996.

O destino privou seus familiares e amigos do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos. Sua alma engrandecerá o

Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Eduardo Otto.

A distância e o tempo jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Eduardo Otto, e o seu reino não terá fim, desde agora e para todo o sempre.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Otto, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 3204

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente Sessão, um voto de congratulações pelo transcurso do 45º aniversário de instalação do Município de Mandaguaçu.

Requer-se, outrossim, que da decisão desta Casa sejam cientificados o Sr. Prefeito Municipal e a Câmara de Vereadores de Mandaguaçu.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Mandaguaçu, denominado inicialmente de Vila Guaira, e mais tarde de Governador Lupion, foi colonizado pela Companhia de Terras Norte do Paraná.

Seus primeiros habitantes chegaram por volta de 1944, destacando-se como pioneiros os Srs. Toti Rodrigues, Durvalino de Matos Medrado, João Angelin, José Braz e Santo Lonardoní.

Mandaguaçu, mesmo sem passar pelo estágio de distrito, foi elevado à categoria de município em 14 de novembro de 1951, através da Lei Estadual nº 790, sendo que a instalação oficial do município só veio a ocorrer em 14 de dezembro de 1952, quando foi empossado o Sr. Arahý Ferreira de Siqueira, como seu primeiro prefeito.

REQUERIMENTO Nº 3205

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente Sessão, um voto de congratulações, pelo transcurso do 45º aniversário de instalação do Município de Santo Inácio.

Requer-se ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Sr.

Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Inicialmente conhecido como Colônia Zacarias de Góes e a partir de 1948, quando da criação do Distrito, como Redução de Santo Inácio, o Município de Santo Inácio ocupa uma área de terras que em 1924 o Dr. Manuel Firmino de Almeida requereu, e obteve do Governo do Estado do Paraná.

Os primeiros colonos que ali chegaram foram os Srs. Pedro Pinto de Andrade, Ovídio Pereira da Silva, Oswaldo Rocha Freitas Neiva, João Ferreira Pinto, Max Hermann e Haroldo Rocha Freitas Neiva.

Através da Lei Estadual nº 790, de 14 de novembro de 1951, o distrito foi elevado à categoria de município, com a denominação de Santo Inácio.

Sua instalação oficial ocorreu em 14 de dezembro de 1952, sendo seu primeiro prefeito o Sr. Ilto Ferreira Coutinho.

REQUERIMENTO Nº 3206

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, um voto de congratulações, pelo transcurso do 45º aniversário de instalação do Município de Nova Esperança.

Requer-se ainda que, da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Sr. Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Em 1946, a Cia. de Terras Norte do Paraná chegou à Capelinha - antigo nome de Nova Esperança - dando início à medição e demarcação de uma futura cidade.

Contam os historiadores que o primeiro morador do local teria sido o Sr. José Xavier de Barros, que ali instalou uma hospedaria para atender os tropeiros e boiadeiros que por ali passavam.

Mais tarde, chegaram outros pioneiros, dentre os quais os Srs. Augusto Hengsh, João Miranda, José Rodrigues, Heriberto Bruning, Goldschidt Heng e Levi Linhares.

Em 1947 a família Fabrini ali instalou a primeira serraria do Patrimônio.

O crescimento do novo povoado foi tão vertiginoso que, mesmo sem passar

Curitiba, quarta, em 10.12.97

pelo estágio de distrito, Capelinha foi elevada à categoria de município, com a denominação de Nova Esperança, através da Lei Estadual nº 790, de 14 de novembro de 1951.

A instalação oficial do município ocorreu em 14 de dezembro de 1952, quando foi empossado o médico José Teixeira da Silveira como seu primeiro Prefeito Municipal.

REQUERIMENTO Nº 3207

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a consignação em Ata, de um voto de louvor ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde - Dr. Armando Raggio e a sua equipe de trabalho, pelo excelente resultado obtido na avaliação do Ministério da Saúde, recebendo a maior nota: 8,4 - contra 6,1 da média nacional referente a gestão dos recursos na área da saúde.

A conquista é fruto de várias ações desenvolvidas no Paraná que contribuíram para a melhor gestão dos recursos na área de saúde, dentre elas as comissões paritárias regionais entre o Estado e os municípios, criadas nas 22 regionais de saúde no Estado; a criação das comissões intergestoras bipartides regionais e a descentralização e internações em hospitais (gerenciadas pelos municípios).

Por isso, pelo sucesso do seu trabalho, qualificado em 1º lugar à nível nacional pelo Ministério da Saúde, não poderia deixar de requerer o merecido registro nos Anais deste Poder Legislativo, o reconhecimento quanto a importância da Secretaria de Estado da Saúde, que mantém uma linha digna de exemplos muitos, fruto do trabalho sério e altamente profissional desenvolvido pelo Secretário Dr. Armando Raggio e sua equipe, a quem enviamos, em nome de todos os Parlamentares, nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 3209

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja concedido voto de congratulações à família João José de Oliveira, pela história de luta e dedicação no Município de Ponta Grossa.

O Sr. João José de oliveira e sua esposa Sra. Octacília de Almeida Garret Hasselmann Oliveira, construíram uma bela história ao longo de mi-

tos anos na Cidade de Ponta Grossa, onde criaram seus filhos e desenvolveram diversas atividades que vieram a contribuir para o desenvolvimento do município.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência aos filhos do casal: Zilda, Zila, Hamilton e Odysseia, à Rua Lopes Trovão, 363 - CEP 84040-080, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 3210

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao CEFET - Ponta Grossa, por estar completando cinco anos de implantação em Ponta Grossa.

O CEFET - Ponta Grossa, foi implantado há cinco anos, com o intuito de colocar no mercado mão-de-obra especializada nos três cursos que oferece.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência ao Diretor da instituição: Professor João Luiz Kovalski, demais membros da direção, professores, funcionários e alunos, à Av. Monteiro Lobato, km 4 - CEP 84016-210, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 3211

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Colégio Santana e a sua Banda Marcial, pelo brilhantismo nas comemorações do 43º aniversário do Município de Cândido de Abreu.

A Banda Marcial do Colégio Santana é vice-campeã estadual e onde quer que se apresente, desperta civismo e amor à nossa Pátria.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência à direção, professores, alunos, Associação de Pais e Mestres do Colégio, bem como ao Maestro e aos componentes da banda, à Rua Senador Pinheiro Machado, 189, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 3212

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER,

após ouvido o douto Plenário, seja registrado em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de congratulações pelo transcurso, no próximo dia 14 de dezembro, do 33º aniversário do Município de Salgado Filho.

Requer ainda, seja dado conhecimento deste requerimento ao Exmo. Sr. Amarildo Smaniotto, DD. Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O atual Município de Salgado Filho teve seu território intensamente movimentado, por conta de ervateiros e madeireiros. Em 1943, com a criação do Território Federal do Iguaçu, e a partir daí intensificou-se a vinda de famílias para a região.

O núcleo de Salgado Filho foi elevado à categoria de Distrito em 20 de agosto de 1955, e em 29 de novembro de 1963, pela Lei Estadual nº 4788, passou à condição de município emancipado. A instalação oficial deu-se em 14 de dezembro de 1964.

REQUERIMENTO Nº 3213

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de congratulações pelo transcurso, no próximo dia 14 de dezembro, do 45º aniversário do Município de Barracão.

Requer ainda, seja dado conhecimento deste requerimento, ao Exmo. Sr. Joarez Lima Henrichs, DD. Prefeito Municipal, e à Câmara de Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Em tempos áureos do ciclo ervateiro, Barracão era referência obrigatória no comércio da erva-mate, com a vizinha Argentina. Seu território, foi disputado também pelo país platino, sendo considerado brasileiro, por arbitramento do Presidente Cleveland, dos Estados Unidos.

A localização privilegiada em área de terras férteis foi um dos fatores de forte atração para o fluxo migratório no início do século, que trouxe famílias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O município foi criado pela Lei Estadual nº 790, de 14 de novembro de 1951 e a instalação oficial deu-se em 14 de dezembro de 1952.

Segundo a história, a denominação do município advém da existência de um barracão no local onde atualmente se situa a sede, o qual servia para hospedagem de tropeiros que vagueavam pela região fronteiriça.

Devido ao seu crescente desenvolvimento, Barracão inclusive já foi elevado à sede de Comarca.

REQUERIMENTO Nº 3216

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve e no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o douto Plenário, REQUER seja enviado voto de congratulação ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, Dr. Armando Raggio, pelos excelentes trabalhos desenvolvidos à frente daquela pasta, tendo inclusive sido reconhecido pelo Ministério da Saúde, através de aferição concreta de ações de saúde, como a melhor instituição gestora do SUS no Brasil.

Tal reconhecimento somente enaltece e honra o Estado do Paraná em sua política de saúde, dentro de um planejamento global e integrado de desenvolvimento da sociedade paranaense.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(a) BETO RICHÁ

REQUERIMENTO Nº 3218

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação nos Anais desta Casa, de voto de louvor ao Dr. Ruy Muggiati, atualmente no exercício da função de Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal, Tribunal do Juri e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Foz do Iguaçu, pelos relevantes serviços prestados à comunidade.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Ruy Muggiati é um dos Juizes mais brilhantes e conceituados da magistratura paranaense, e tem se destacado pelo seu incessante trabalho e empenho na busca de soluções que venham a aperfeiçoar e proporcionar agilidade no sistema judiciário do Paraná.

Ingressou no serviço público em 1981 como advogado do quadro de funcionários da Procuradoria Geral do Estado. Em 1983, foi nomeado Juiz Substituto da 58ª Seção Judiciária em Irati, e posteriormente designado Juiz de Direito da Comarca de São João do Triunfo. Em 1988 foi promovido a Juiz de Direito da Comarca de Laranjeiras do Sul, e no ano de 1991 a Juiz de Direi-

to da 1ª Vara Criminal (compreendendo o Tribunal do Juri e Corregedoria dos Presídios) da Comarca de Foz do Iguaçu. No biênio 95/97, exerceu a função de Diretor do Fórum da Comarca de Foz do Iguaçu, destacando-se pelo profícuo e brilhante trabalho realizado na gestão.

Como Diretor do Fórum, não poupou esforços para oferecer melhores condições de trabalho aos funcionários e serventuários do Poder Judiciário local, e principalmente oferecer mais comodidade e atendimento satisfatório ao público.

Foi na sua administração que com seu empenho e gestões junto ao Tribunal de Justiça do Estado foi possível a construção do novo Fórum da Comarca de Foz do Iguaçu, uma antiga reivindicação da comunidade, funcionários, serventuários, advogados, magistrados e ministério público.

Seu currículo é extenso e invejável, registrando um sem-número de participação em cursos, congressos, jornadas de estudos e similares, trabalhos e obras publicadas.

Em função de sua trajetória honrosa na magistratura e relevante trabalho que vem desenvolvendo em prol da nossa população, dignificando o Poder Judiciário paranaense, é que propomos esta justa homenagem ao Dr. Ruy Muggiati.

REQUERIMENTO Nº 3224

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações e aplausos ao Clube Atlético Teixeira-soarense, do pujante Município de Teixeira Soares, pela conquista gloriosa do Bi-Campeonato da Liga Amadora de Futebol de Irati, desejando, em nome desta augusta Casa de Leis, felicitações.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Gilmar A. Cunha, Digníssimo Presidente do Clube Atlético Teixeira-soarense, bem como ao Sr. Romeu Neves, Digníssimo Prefeito Municipal da Cidade de Teixeira Soares, e lideranças políticas locais.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 3226

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de lou-

vor, congratulações e muito aplauso ao casal Amilton Ferreira e Ana Alves Ferreira, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando "Bodas de Ouro". Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis, os nosso cumprimentos.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3229

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de voto de congratulações ao Município de Rio Branco do Ivaí, alusivos ao 1º aniversário de emancipação política administrativa, a ser comemorado no dia 21 de dezembro do corrente.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Giovani Bueno Santo, à Rua Rio Amazonas, s/nº - CEP 86848-000 - Rio Branco do Ivaí.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3230

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de voto de congratulações ao Município de Rio Branco do Ivaí, alusivos ao 1º aniversário de emancipação política administrativa, a ser comemorado no dia 21 de dezembro do corrente.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente ao Prefeito Municipal, Sr. Edgard Lemes Gonçalves, à Rua Rio Amazonas, s/nº - CEP 86848-000 - Rio Branco do Ivaí.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3231

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de voto de congratulações ao Município de Campo Magro, alusivos ao 1º aniversário de emancipação política administrativa, a ser comemorado no dia 11 de dezembro do corrente.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente ao Prefeito Municipal, Sr. Lovanir João Menegusso, à Estrada do Cerne, km 196, nº 55 - CEP 83535-000 - Campo Magro.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3232

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de voto de congratulações ao Município de Campo Magro, alusivos ao 1º aniversário de emancipação política administrativa, a ser comemorado no dia 11 de dezembro do corrente.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Amarildo Pase, à Estrada do Cerne, km 196, nº 55 - CEP 83535-000 - Campo Magro.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3233

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de voto de congratulações ao Município de Ariranha do Ivaí, alusivos ao 1º aniversário de emancipação política administrativa, a ser comemorado no dia 21 de dezembro do corrente.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente ao Prefeito Municipal, Sr. José Alves Rodrigues, à Rua Londrina, 83 - CEP 86880-000 - Ariranha do Ivaí.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3234

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de voto de congratulações ao Município de Ariranha do Ivaí, alusivos ao 1º aniversário de emancipação política administrativa, a ser comemorado no dia 21 de dezembro do corrente.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Silvio Gabriel Petrassi, à Rua Londrina, 83 - CEP 86880-000 - Ariranha do Ivaí.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3235

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à Rede de Supermercados Coletão, pela conquista de Supermercadista do ano, ao seu Presidente Edmundo Coletto, bem como pela passagem de meio século da empresa.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à Rede Coletão, por intermédio de seu Diretor-Presidente Sr. Edmundo Coletto, para que receba e transmita aos demais diretores, auxiliares e colaboradores, o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A história dos empresários do Paraná sempre foi feita com heroísmo, com amor e tradição.

A família Coletto, conquistou ao longo desses 50 anos de trabalho ininterrupto, com dedicação, arte, inteligência e sobretudo com coragem e credibilidade, à frente da empresa, demonstrando essa família, sempre unida, que a vida associada ao trabalho é real e infinitamente bela.

O fundador Sr. Santo Celestino Coletto, deixou um legado caracterizado pela honestidade e pelo trabalho.

Certo poeta dizia: "o homem torna-se útil à medida que demonstra seus conhecimentos. Só os feitos positivos podem marcar a presença do homem na vida".

Curitiba, quarta, em 10.12.97

"Passam-se os séculos, mas a voz do futuro vai marcando a figura daqueles que realizaram alguma coisa, especialmente aqueles que semeiam empregos".

É indeclinável dever, honrar aqueles que por seus méritos fazem jus a admiração e a gratidão de seus semelhantes. Quanto mais, quando se trata de alguém, que por seus esforços tudo fizeram pelo nosso Estado, como é o caso da família Coletto.

Prestamos esta homenagem, que embora não corresponda à magnitude e a grandeza dos méritos dessa tradicional família Coletto, servirá, todavia, para testemunhar a nossa gratidão, quando seu Presidente Sr. Edmundo Coletto conquistou o prêmio de Supermercadista do Ano, e a firma, ao completar meio século de trabalho, inaugura sua oitava loja.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se com a família Coletto.

REQUERIMENTO Nº 3208

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Ministro do Meio Ambiente e ao secretário de Estado do Meio Ambiente, solicitando a doação de um "notebook" necessário para o desenvolvimento de trabalhos de cunho ecológico, dentro da Área de Preservação Ambiental de Guaraqueçaba - Mata Atlântica.

A referida solicitação tem como objetivo auxiliar na realização de trabalhos de conservação e programas visando um manejo sustentável com vistas à melhoria da qualidade de vida dos habitantes da sustentável, com vistas à melhoria da qualidade de vida dos habitantes da região.

A área pretendida para a implantação dos projetos, compreende diversos extratos florestais, onde são encontrados espécimes vegetais e animais ameaçados de extinção, além de 150 famílias que dependem e retiram seu sustento deste ambiente.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência ao Presidente da Sociedade de Apoio e Preservação Ambiental: Sadi Cabrini Godin Ribas, à Rua Suíça, 285 - Jd. Europa - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 3227

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido dos usuários do Pronto Socorro Alto Maracanã, os quais solicitam a reposição dos remédios que estão em falta. Muitas pessoas utilizam esse Pronto Socorro, a maioria sem condições de adquirir-lhes particularmente, motivo pelo qual fazem tal pedido.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3228

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de agilizar a implantação do Curso Supletivo do 2º Grau na Escola Estadual Ayrton Senna da Silva, no Município de Almirante Tamandaré. Em anexo, encaminhamos uma cópia do pedido que nos foi enviado referente a tal implantação, onde estão relatadas as dificuldades que a direção do estabelecimento de ensino está encontrando para tal. Pede-se ainda, o reconhecimento do Curso Supletivo do 1º Grau, que já está em funcionamento. Com o atendimento do presente, muitos serão os alunos beneficiados.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3215

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, do documento de Conclusão da Reunião de Curitiba do Conselho Parlamentar do Sul, ocorrida no último dia 08 de dezembro, nesta Casa.

O citado documento se torna relevante pela importância das conclusões, sobretudo no que diz respeito à permanência e estabilidade do BRDE, como instituição de desenvolvimento dentro de uma política regional e orgânica.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 719/97
A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica vedada a aquisição, pelos órgãos e entidades da administração pública estadual, direta e indireta, inclusive empresas, fundações e autarquias, de produtos ou equipamentos contendo substâncias que destroem a camada de ozônio.

§ 1º - Excetua-se desta vedação os medicamentos em aerosol que se utilizem de clorofluorcarbono - CFC, como meio propelente, os produtos ou equipamentos já adquiridos e os serviços de manutenção de equipamentos e sistemas de refrigeração e ar condicionado.

§ 2º - No prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação desta lei, os órgãos da administração pública estadual deverão dar início às ações que visem equacionar-se ao disposto no caput deste artigo, inclusive ao referente aos produtos e equipamentos já existentes, bem como aqueles especificados no § 1º.

Art. 2º - O Instituto de Saneamento Ambiental do Paraná e o Instituto Tecnológico do Paraná deverão prestar a assessoria técnica necessária para o cumprimento do objeto desta lei, bem como elaborar programas de educação à população em geral indicando os riscos de doenças e outros agravos decorrentes da utilização de substâncias que destroem a camada de ozônio e quanto ao controle e eliminação dessas substâncias, bem como informando sobre a existência de equipamentos e produtos desenvolvidos com tecnologias que delas não se utilizam.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

É notório que a camada de ozônio tem importância fundamental na preservação da vida na terra, atuando como filtro natural dos efeitos nocivos da radiação solar ultravioleta B, causadora de enormes danos à saúde e ao equilíbrio dos ecossistemas.

Em setembro de 1987, o Brasil assinou em Montreal, o protocolo para eliminação de substâncias que destroem a camada de ozônio, tornando, inclusive, cada unidade federada co-responsável na tarefa de preservar a vida através de ações concretas.

Assim, o presente projeto de lei visa prestar sua colaboração no sentido de disciplinar matéria de tão elevada importância e trazendo à tona não

só os princípios da educação ambiental, como também alertando para a existência de tecnologias apropriadas para a produção de equipamentos e sistemas de refrigeração comercial e doméstica, e outros produtos, com substâncias alternativas ao clorofluorcarbono - CFC, e que se encontram disponíveis no mercado e para uso da população.

Assim, e seguindo o ditado de que o melhor conselheiro é o exemplo, a lei pretende fazer com que os órgãos de toda a administração pública estadual dê início a um vasto processo de requalificação para o meio ambiente e para a vida na terra, e assim sendo, estou certo que poderá contar com o apoio de todos os membros desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. João Techy Filho.

O SR. JOÃO TECHY FILHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria hoje, de me referir a um assunto que há muito tempo me preocupa na minha região, nas cidades onde atuo e sempre estou presente. É a respeito da educação.

Tenho notado há muito tempo que na frente das escolas, tanto no período diurno como noturno, sempre há uma concentração grande de alunos e fica um tumulto muito grande. Tenho notado, diariamente isto acontece.

Já levei ao conhecimento do Secretário Ramiro Wahrhaftig esta questão, e conversando com os alunos, verifiquei que os professores estavam sempre em pauta. O número de aulas deixadas de ser ministradas era muito grande e isto foi se agravando, e até existem carros de polícia, hoje em dia, em frente as escolas, para manter a ordem.

Cobrando do Secretário, ele me falou que, no futuro, haveria um projeto que resolveria o problema, o "Paraná Educação".

Não quero falar a respeito do projeto, mas desta situação difícil que se criava na frente das escolas por falta de aulas e que hoje temos o conhecimento que a necessidade de profissionais para dar andamento às atividades das escolas no início de cada ano letivo, tem gerado, ao longo dos últimos anos, a criação de quadros temporários, e chegamos a ter 30 mil contratos temporários no Paraná. Ultimamente existem 18 mil contratos temporários. Estes contratos têm gerado

transtornos, tanto para o gerenciamento das escolas, quanto para os professores e funcionários temporários, que ao final de cada ano têm seu contrato rescindido. Esta situação prejudica e impede qualquer programa de capacitação que exige um investimento de longo prazo.

O projeto de governo em criar o "Paraná Educação" busca solucionar tais impasses que tem causado tanto problema à educação, em termos de qualidade e mesmo de segurança. Assim, poder-se-ia contratar definitivamente professores e por prazo indeterminado e de forma descentralizada, garantindo-se melhor qualidade de ensino e do processo pedagógico.

A missão do "Paraná Educação" não é de substituir a Secretaria de Estado da Educação e nem o controle social próprios dos poderes constituídos, mas sim fortalecer as unidades escolares, solucionar a questão de contratação de profissionais e auxiliar na gestão do sistema educacional.

Portanto, vi nesta condição, neste novo projeto, pelo menos poderia resolver, em parte, esta questão da educação, que tenho reparado nos meus municípios, e tenho me informado também em muitos e muitos municípios do Estado do Paraná. Isto dá uma qualidade de ensino, de aprendizado deficiente aos alunos e lembro que quando cursei cursos de escolas públicas, as escolas, durante o período de aula, eram um verdadeiro silêncio, não existiam alunos fora da sala de aula, e garanto que naquele período se aprendia muito mais do que em muitas escolas hoje com esta conduta, com esta falta de professores durante o período escolar.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Concedo a palavra ao ilustre Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes à Sessão de hoje, que nos dão a honra da visita nesta Casa.

Hoje, 10 de dezembro, está fazendo 49 anos desde que a Organização das Nações Unidas proclamava ao mundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

(Lê): O homem, há alguns anos, então, tinha vivido os horrores da 2ª Grande Guerra Mundial, quando milhões de pessoas foram assassinadas barbaramente nos campos de concentração nazistas. A guerra ceifara a vida de 50 milhões de pessoas, dentre as quais

milhões de judeus, ciganos, comunistas, homossexuais, prostitutas, pelo simples fato de pertencerem a uma etnia, ou professar idéias, ou pertencerem a grupos minoritários. Jamais o homem tinha ido tão longe na sua capacidade de promover o extermínio em massa.

O Brasil que integrara as forças aliadas em luta pela liberdade e democracia, acabaria por viver muitos anos mais tarde uma longa noite de tirania. A ditadura militar que se instalaria em 1964 não hesitaria em seqüestrar, prender, torturar milhares de brasileiros e até assassinar centenas de patriotas nossos, que ousavam discordar do regime. Foram 21 anos de infâmia, até que os ventos da liberdade pudessem ser conquistados pelo povo brasileiro, através das maiores manifestações da história brasileira durante a campanha pelas "Diretas Já".

Nosso Estado, até para se redimir de sua conivência e cumplicidade com os atos de barbarismo da ditadura militar, simbolicamente está instalado no dia de hoje, Dia Universal dos Direitos Humanos, na Ouvidoria Geral, a comissão para analisar os casos de indenização a ex-presos políticos torturados em dependências ou sob a guarda de servidores públicos do Estado. Lei esta, aprovada por unanimidade por esta Casa, por iniciativa do Deputado Beto Richa e sancionada e regulamentada pelo Governador Jaime Lerner e que representa um marco na luta pela defesa dos direitos humanos no Paraná e no Brasil.

Mas, se por um lado temos muito o que comemorar hoje, no Paraná, com a instauração da comissão a que me referi, também temos muito o que lamentar. A tortura no Brasil e no nosso Estado continua, infelizmente, sendo um dos principais métodos de investigação policial usado nas delegacias de polícia. Obviamente método aplicado contra a população mais pobre, mais humilde, completamente desprotegidos diante da arrogância e da violência policial que tantas vezes ocorre. Aliás, no Brasil, o Código Penal somente é aplicado contra a população pobre. Para os ricos, o Código Civil.

Dos 141 presos brasileiros, 98,2% não tiveram advogados contratados. Mais de 80% dos presos cumprem pena ou respondem a processos na cadeia por pequenos delitos contra o patrimônio, em prisões que atentam contra a dignidade da vida. A somatória de seus roubos e furtos não chega a 1% do verdadeiro assalto ao Banco Nacional praticado pelos seus diretores, sem que ne-

nhum deles esteja, de fato, preso. Um deles, o Sr. Santana, condenado a pouco mais de 4 anos, cumpre prisão domiciliar, com todo o conforto e até piscina particular.

Isso para não falar nos "anões do orçamento", no Banco Econômico, na Previdência, nas fraudes hospitalares e em tantas outras falcaturas perpetradas pelas elites econômicas brasileiras, protegidas pelo permanente manto da impunidade.

Não bastasse isso, propaga-se em programas de TV e de rádio, até por representantes populares, a pena de morte que todos sabemos que é um atentado contra os direitos humanos, porque o seu humano pode, às vezes, cometer um delito na sua passionalidade. O Estado não é passional, ele julga na calma, na tranquilidade, e não pode, portanto, tirar vidas humanas, seja de quem quer que seja.

Particularmente, acho que defender a pena de morte é um crime, e deveria haver uma lei no país que punisse aqueles que utilizassem espaços de televisão e de rádio para defender a pena de morte, que nada mais é do que um crime mais bárbaro ainda, porque é um crime praticado na suposta neutralidade do Estado e na sua tranquilidade de julgamento. E é evidente que esse tipo de posição acaba fortalecendo a violência no País, fortalecendo o ódio das pessoas, dos homens contra os homens e assim por diante.

Se falarmos em impunidade, vamos verificar em nosso Estado vários casos de flagrante e impunidade. A polícia do Paraná tem violado frequentemente os Direitos Humanos, a chacina de Foz do Iguaçu, como exemplo mais recente, apesar das inúmeras testemunhas do ocorrido, tudo indica que não haverá um desfecho favorável à verdadeira justiça.

Os criminosos continuam na cidade, ameaçando as testemunhas, protegidos e apoiados pelo Delegado que preside o inquérito. Os policiais, ainda de Foz, que atentaram contra a vida do jornalista, continuam soltos. Os policiais que em Umuarama invadiram a casa de um trabalhador, por engano, e o assassinaram, permanecem e tudo indica permanecerão impunes para sempre. Os assassinos do Rafael Zanella e do Luciano sabem que os longos processos que têm pela frente, jogam a seu favor. Mesmo que nos casos de Foz do Iguaçu e do Rafael e tantos outros

tentassem cometer um segundo crime, chacinando moralmente a memória de suas vítimas.

Todos assistimos na repressão aos sem-terra, o Delegado Pradock desfilar todo paramentado de "Pambo Tupiniquim" por Ouerência do Norte, ameaçando as famílias dos trabalhadores rurais.

Todos assistimos o uso indevido do Judiciário na repressão ao MST, expedindo prisões preventivas ou mantendo lideranças do movimento na prisão, enquanto os fazendeiros e latifundiários mantêm verdadeiros exércitos particulares em suas fazendas, praticando incontáveis violências contra as populações humildes que vão desde a exploração inaceitável do trabalhador, inclusive crianças, até o trabalho escravo.

O julgamento de José Rainha, no Espírito Santo, foi problemático. Apesar de todas as provas que o inocentaram, foi condenado a mais de 20 anos de prisão. Enquanto isso, os rapazes de Brasília, que incendiaram e assassinaram barbaramente o Índio Pataxó, tiveram o seu crime desqualificado para culposos, sob a surpreendente alegação de que não tinham intenção de matar. Qual é a intenção de alguém que joga 2 litros de álcool num ser humano e toca fogo somente para se divertir com o tocha humano? Mais surpreendente a alegação dos rapazes: "não sabiam que era um Índio, pensavam tratar-se de um mendigo". Quer dizer, tocar fogo num mendigo, pode. Um mendigo não é um ser humano?

Em tempo: os rapazes em questão, são filhos da elite econômica e burocrática do Distrito Federal.

Esta Casa, que corajosamente, já aprovou a primeira Lei Estadual que indeniza presos políticos torturados em dependências do Estado, tem um grande papel a cumprir na defesa dos direitos humanos. Já temos uma comissão específica para este fim. É preciso, no entanto, ativá-la. A chacina de Foz, os jovens assassinados covardemente pela polícia, a prostituição infantil, as discriminações de toda natureza estão a exigir, também, uma postura firme de nossos Deputados. Não podemos nos silenciar diante da impunidade. Não podemos fazer vistas grossas aos desrespeitos aos direitos fundamentais da pessoa humana no Paraná. Precisamos investigar os mais variados casos já denunciados publicamente e exigir a punição exemplar dos culpados.

A Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Paraná, tem uma enorme responsabilidade à sua frente, contribuindo com nossa parcela para que o nosso Estado pontue no ce-

nário brasileiro como um exemplo de respeito aos direitos humanos, como preconiza a Declaração da ONU, que hoje faz 49 anos.

Srs. Deputados, o Brasil, apesar de signatário desta Carta, tem se preocupado muito pouco em colocar em prática o seu discurso. No caso do Presidente Fernando Henrique Cardoso, poucas vezes se falou tanto em direitos humanos como em seu Governo. Até um Programa Nacional de Direitos Humanos foi aprovado. Na vida real a história é bem diferente, como aponta o relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA. Esta comissão destaca que as áreas de maior violação dos direitos humanos são aquelas em que se expressam os ataques aos setores mais vulneráveis da população brasileira: os trabalhadores rurais, os menos destituídos, os indígenas... o relatório ressalta as gigantescas desigualdades sociais, a concentração de terra e outras mazelas tão conhecidas por todos nós, sem que no entanto, nada, nada de verdadeiramente sério seja feito pelo governo.

Finalizando, acredito oportuno lembrar que o artigo 23, parágrafo 3º e o artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, chocam-se frontalmente com a política salarial do Governo FHC. O salário mínimo brasileiro é uma institucionalização da violência, por transformar em lei a exploração absurda do trabalhador, destinando a ele um salário que sabidamente não satisfaz as condições mínimas de sobrevivência digna. Sem falar nas aposentadorias dos nossos idosos, no sistema de saúde, de educação e do seguro desemprego.

Poderíamos falar do desamparo de nossas crianças, de nossos idosos, das populações obrigadas a fugir do campo, abrigando-se em favelões das médias e grandes cidades, aumentando os índices de violência.

Encerramos, no entanto, contatando que o governo neoliberal de FHC, ao baixar o "pacote fiscal", vai promover mais ainda a miséria, o desemprego e o desespero em centenas de milhares de lares brasileiros. E parece que o vejo, cinicamente, chamar toda oposição de "neoboba", por não acatar passivamente a sua política entreguista, de renúncia à soberania nacional, de promoção do desemprego e de concentração de renda e de permanente atentado aos direitos fundamentais da pessoa humana".

Por isso, é que é importante hoje virmos a esta Casa lembrar, enaltecer

a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Estaremos à tarde na Sessão que instaura a comissão na Ouvidoria Geral, que representa um marco na defesa dos direitos humanos, que modestamente a Bancada do PT tem chamado todos os órgãos que defendem os Direitos Humanos do Paraná, a fim de constituir um fórum, fortalecer os nossos trabalhos na Comissão de Direitos Humanos, para que essas inexplicáveis, inaceitáveis violências não possam continuar acontecendo, sem que provoque uma repulsa mais geral da sociedade paranaense e de todo o povo do nosso país.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Concedo a palavra ao ilustre Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Venho, Sr. Presidente, à tribuna nesta tarde, fui hoje pela manhã colocando em cima da minha mesa, os assuntos que considerava interessantes para serem abordados, porque francamente, nunca vi, Deputado Nereu, um Governo com tanta coisa para ser beneficiado.

Abre-se o Diário Oficial, Deputado Élio Rusch, e vejo aqui um convênio do DETRAN com o Município de Mercedes. O objetivo do convênio: engenharia de tráfego, compreendendo fornecimento e colocação de materiais de sinalização viária. Para quem não conhece o Município de Mercedes, ele é um pequeno município com 4.482 habitantes, sendo que quase 70% moram na área rural. Sabem quanto é o valor do convênio para o Município de Mercedes, que o DETRAN está fazendo? 88.807 reais, para fazer sinalização viária.

Tenho sistematicamente alertado, especialmente a Liderança do Governo, sobre o problema da sinalização viária dos convênios que o DETRAN está fazendo, Deputado Valdir Rossoni. Depois, Vossa Excelência não alegue, que quando as irregularidades começarem a surgir, e vão surgir, que não avisamos, porque 88 mil reais para fazer a sinalização viária no Município de Mercedes, francamente, não é? Francamente!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou preocupado. O governo resolveu quebrar o termômetro em relação à febre do desemprego em Curitiba e na Região Metropolitana.

Ele resolveu, Deputado Angelo Vannoni, suspender a pesquisa que o IPARDES realiza mensalmente. Primeiro,

tentaram um artifício de impedir a renovação dos contratos, que foi superada pela generosidade - tenho que ressaltar aqui - do Conselheiro Quiêse Crisóstomo, que encontrou um mecanismo de garantir a contratação de pessoal. O Tribunal de Contas não seria o problema, mas a direção do IPARDES, por divergir dos números de desempregados que a pesquisa, que é feita em São Paulo, Belo Horizonte, no Rio de Janeiro, em Porto Alegre, com a mesma metodologia, aqui, resolveram quebrar o termômetro, ou seja, depois de quatro anos de pesquisa, que vem sendo feita com o maior rigor científico pelo IPARDES, o governo resolveu suspendê-la para não medir mais a febre.

O número que crescia de desempregados em Curitiba, crescia mensalmente e isso incomodava muito os poderosos do Palácio Iguaçu. Por isso, resolveram quebrar o termômetro e o IPARDES não realiza mais agora as pesquisas para aferir o número de desempregados.

É muito lamentável, porque o próprio Prefeito Cássio Taniguchi montou esse projeto, que ele tem como "a menina dos olhos" da sua administração, chamado "Linhão do Emprego", com base no TED, nessa pesquisa, porque ela identifica bairro a bairro da nossa Capital e da Região Metropolitana, onde estão os bolsões justamente do desemprego, onde mais atuação é necessária, do ponto de vista do Poder Público, para estimular a geração de empregos na nossa Capital.

Quero nesta Sessão, pedir a transcrição nos Anais desta Casa, do primeiro editorial que o Jornal do Estado de São Paulo fez para o nosso Estado, que tem o título, Presidente, "A Insolvência do Paraná".

O jornal O Estado de São Paulo, dá em editorial a insolvência do Paraná e analisa os números que foram expostos pela Secretaria do Tesouro Nacional, não aquele discurso político que fez o Ministro Pedro Malan, e sim a análise que mostra a insolvência, Deputado Alborghetti. Que mostra a situação de absoluto desequilíbrio das contas públicas do Estado do Paraná, do estado de insolvência. Do Estado que está gastando muito mais do que arrecada, que tem déficit primário, que tem a classificação D pela situação de precariedade das contas públicas.

Então, este editorial do dia de hoje mostra a absoluta insolvência do Estado do Paraná, e a extensa matéria que fez o prestigioso jornal A Gazeta Mercantil, no dia de ontem, que detalha os números que o Governo do Paraná

tenta esconder. Tenta não divulgar os maus resultados que estão sendo, mês a mês, obtidos pelo Governo do Estado, no seu desempenho econômico-financeiro.

Concedo o aparte ao Deputado Basílio Zanusso.

O Sr. Basílio Zanusso - Deputado Romaneli, este assunto dos empréstimos no Senado, que discutimos há mais de um ano. Vossa Excelência cumpre bem o seu papel, eficientemente, na condição de Deputado da oposição. Mas, queria somente, neste aparte sucinto que faço a Vossa Excelência, nesta oportunidade, porque este assunto já é tão conhecido por nós, dizer que a Comissão teria decidido ontem sobre a concessão ou não do empréstimo. E foi por decisão dos membros da mesma comissão, de Assuntos Econômicos do Senado, foi transferida para a Sessão de hoje a decisão da solicitação.

Parece que Vossa Excelência precipita-se, trazendo números. Não quero discordar do que diz e do texto do jornal que Vossa Excelência anuncia, mas dizer que o julgamento vai ser feito ainda hoje, se vai ser concedido ou não. Porque o discurso de Vossa Excelência é o discurso do Senador Osmar Dias, do Senador Requião, em que a intenção, o interesse é de bloquear, segurar, procrastinar, fazer o que estão fazendo com muita eficiência, com muita competência.

Do outro lado, queremos a liberação dos recursos para execução de obras de interesse do Paraná. Agora, queria cingir-me a isso para dizer que Vossa Excelência, sabendo que a Comissão decidirá, se não decidiu, ainda hoje, na Comissão, em trazer para registro, nos Anais da Casa, este registro.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Antes de conceder o aparte do Deputado Ângelo Vanhoni, gostaria de registrar o editorial do "Estado de São Paulo".

(Lê): "A Insolvência do Paraná".

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, dispõe, agora, das informações necessárias para decidir se autoriza ou não o Estado do Paraná a contratar empréstimos no valor aproximado de US\$ 900 milhões, já negociados com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a agência de fomento do governo do Japão. Esta é a primeira vez, desde a conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Precatórios, que a Comissão pede informações conclusivas a um órgão do

governo, no caso a Secretaria do Tesouro Nacional, e recebe um relatório taxativo: o governo do Paraná não somente não teria condições de pagar os empréstimos pedidos como a classificação dada ao Estado em termos de situação fiscal é a mais baixa possível. Os membros da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado têm em mãos o documento técnico que pediram e suas conclusões são óbvias. Se a CAE conceder a autorização, terá agido exclusivamente por motivos políticos, em demonstração inequívoca de que não lhe interessam os aspectos básicos da saúde financeira e do equilíbrio fiscal do Paraná.

O Secretário de Planejamento do Paraná está tentando desqualificar a Nota Técnica do Tesouro, que classifica o Estado como insolvente. O argumento principal é o de que a Secretaria do Tesouro utilizou "novas premissas" para chegar à conclusão de que o Paraná está em situação de insolvência e para rebaixar a classificação de equilíbrio fiscal de "A" para "D". De fato, utilizou. E não poderia ter feito diferente. Há três anos, quando o Paraná entrou na categoria "A", a folha de pagamento do funcionalismo consumia 51,5% da receita do Estado. No ano passado, a mesma folha absorvia 76,8% da receita e, no corrente exercício, é possível que a sangria fique nos 74%. Nesses três anos, o Paraná entrou na contramão da tendência de austeridade que deveria presidir os gastos públicos no País inteiro, aumentando em cerca de 50% as despesas com o funcionalismo. Isso, obviamente, contribuiu decisivamente para o desequilíbrio fiscal do Estado, além de refletir um estilo de governo que não condiz com a imagem de administrador projetada pelo Governador Jaime Lerner.

Além disso, a Secretaria do Tesouro levou em consideração os compromissos assumidos voluntariamente pelo Governo do Paraná, na renegociação de sua dívida. Considerou, também, a recente decisão do Senado, que impede o uso integral pelos Estados dos recursos obtidos com a privatização das empresas públicas. A primeira obrigação reduz drasticamente a capacidade de endividamento do Estado, além de vincular 13% da receita líquida geral à amortização do serviço da dívida, já a partir de janeiro próximo. O protocolo da repactuação da dívida prevê, ademais, que o Paraná terá como meta fiscal básica a manutenção da dívida financeira do Estado em valor que não exceda o montante de sua receita líquida real. Ora, por esses critérios,

o Paraná não tem como tomar US\$ 900 milhões de empréstimos, a não ser que esteja nos planos de seu governador: ou deixar o Estado atolado em dívidas que não poderá pagar, ou não cumprir a renegociação da dívida estadual, feita com a União. Nos dois casos, o prejuízo final acabaria sendo coberto pela União. O que redistribuiria para os contribuintes de todo o País o ônus da imprudência de um governo estadual.

Os senadores queixavam-se, durante a CPI dos Precatórios, da falta de informações técnicas que orientassem suas decisões a respeito de empréstimos e emissão de títulos por parte dos Estados. Já não têm mais do que se queixar. Pediram e obtiveram um parecer conclusivo, cuja leitura impõe recusa cabal a que o Estado do Paraná contrate empréstimos no valor de US\$ 900 milhões. E pediram o laudo técnico, porque alguns senadores suspeitavam, há tempos - o pedido rola há mais de ano no Senado - que o Paraná havia sido colocado em situação fiscal tal que não lhe permitia assumir compromissos de vulto. A decisão que a Comissão de Assuntos Econômicos tomará nos próximos dias, indicará se os Senadores, a partir da CPI dos Precatórios, estão comprometidos com a contenção do endividamento público, ou se continuarão a autorizar Estados insolventes a contrair novos empréstimos, apenas para não contrariar interesses de governadores, políticos como eles".

Concedo o aparte ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Deputado Romaneli, escutando o que Vossa Excelência vem abordar a respeito das finanças do Estado do Paraná e do objeto de discussão no Senado, no dia de hoje, e a respeito das palavras do nosso ilustre Deputado Basílio Zanusso.

Acho, Deputado Basílio Zanusso, que não dá para circunscrever, até da maneira elegante como Vossa Excelência fez, e que lhe é pertinente em todas as suas intervenções, esse debate a respeito das finanças do Estado do Paraná. Circunscrever este debate entre quem faz oposição ao Governo ou quem está defendendo o Governo do Estado do Paraná. Acho que uma realidade, ela é cristalina para todos os paranaenses.

Até 1994 - e o senhor é um Deputado, talvez o mais antigo mandatário junto com o Deputado Anibal aqui na Assembleia Legislativa, pode ser testemunha exata disso que vou afirmar aqui - até 1994, o Estado do Paraná,

frente a todos os Estados da Nação, em função da sua receita e da sua despesa, os paranaenses sempre tiveram anualmente 25% para gastar em infraestrutura no Estado do Paraná, da sua riqueza própria forjada no Estado. Em média, 25%, o que daria em números de hoje, perto de 500 milhões de reais, para investimentos em obras públicas, do ponto de vista de estruturar o Paraná para se capacitar para o seu desenvolvimento econômico e social. De 1994 para cá, houve uma falta de gerenciamento completo nas contas do Estado do Paraná.

O Tribunal de Contas julgou as contas do Paraná de 1996 e acusou um déficit nas contas do Estado na Ordem de 275 milhões no ano passado. Agora, a Secretaria do Tesouro, em função do estorno que foi feito nas contas apresentadas no Tribunal de Contas do Estado do Paraná - a Secretaria do Tesouro Nacional, corretamente, diante dos dados fornecidos pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, confirma um déficit na ordem de 462 milhões de reais no ano de 1996. E depois, assisto a imprensa e vejo que o Secretário do Planejamento, hoje ex-Secretário da Fazenda, Sr. Miguel Salomão, tenta justificar as boas finanças do Estado do Paraná.

Veja, o Deputado Alborghetti, ele fez o seguinte raciocínio - acho que Vossa Excelência, Deputado Romanelli, também acompanhou isso pela imprensa. Ora, mas como que o Estado do Paraná é um Estado que está em insolvência, que tem capacidade de endividamento, que pode pagar as suas dívidas?

O Estado do Paraná até hoje, se ele estivesse insolvente, necessariamente, teria que ter feito, ao longo desses 3 anos, de 1994 para cá, uma antecipação de receita para pagar o salário dos funcionários públicos do Estado do Paraná. Não o fez. O Estado poderia ter tido outras atitudes, segundo as palavras do Secretário Miguel Salomão - atrasando o pagamento dos funcionários públicos do Estado do Paraná. O único Estado da Federação que não o fez.

Logo, cabe uma pergunta: mas se todos os dados dizem que o Estado do Paraná é insolvente, e nesse período todo de 3 anos não foi necessário fazer uma antecipação de receita orçamentária e não foi necessário atrasar o pagamento dos funcionários públicos, tem uma verdade e uma mentira nesse raciocínio. Como é que o Estado conseguiu sobreviver até agora? Porque o Estado é impossibilitado de fabricar dinheiro! Só tem uma resposta: sabem

por que o Estado do Paraná é insolvente, e é verdade? E ao mesmo tempo de ser insolvente, não ter capacidade de se endividar e estar completamente desequilibrado na sua gestão financeira?

O Estado do Paraná continuou pagando o salário dos funcionários públicos e não foi necessário fazer uma antecipação de receitas? É porque o Estado do Paraná infringiu uma lei, Deputado Anibal Khury, infringiu uma lei que foi votada aqui nesta Assembleia em 1995, quando autorizou o Estado do Paraná a vender as ações e alienar as ações da Empresa Paranaense de Energia Elétrica, a COPEL.

Os recursos oriundos da alienação dessas ações, caucionados no BNDES, que deveriam ser utilizados para melhoria da estrutura econômica do Estado do Paraná, foram carreados para cobrir os déficit de folha do Estado, para pagar 13º salário, funcionários públicos e empreiteiros.

É este o grande resultado da argumentação brilhante do Sr. Miguel Salomão. Espero que o Senador Osmar Dias, José de Andrade Vieira, que defendem o Estado do Paraná e pensam no futuro dos paranaenses nos próximos 10 anos - juntamente com o Senador Roberto Requião - consigam demonstrar para a Comissão do Senado Federal, que esses recursos não devem ser liberados, por mais que saibamos da justiça que tem recursos internacionais para ajudar os pequenos agricultores e a economia do nosso Estado com juros baratos. Porque o Estado do Paraná não tem recursos para o pagamento dessas dívidas.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Artigo 90, alínea 2.

(Lê): "O artigo prevê 30 minutos, no máximo, destinados aos oradores inscritos ou na falta desses aos que solicitarem a palavra para versar assuntos de livre escolha, não podendo cada orador exceder ao prazo de 5 minutos, proibidos os apartes".

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Os números que o Deputado Vanhoni coloca, na verdade, são os seguintes: são 800 milhões a mesada, posso chamar assim, o que o Governo arrecadou com as ações da COPEL. São 800 milhões de reais.

Foi por isso que o Estado do Paraná não falhou ainda. Porque vendeu as ações da COPEL, única e exclusivamente por causa disso. Tanto, Presidente, quando digo que essa peça, esse

editorial do Jornal "O Estado de São Paulo", talvez o mais tradicional do nosso País, ele desmistifica, inclusive, o Secretário Miguel Salomão mostra como é que o Paraná passou da categoria "A" para a categoria "D". E termina por dizer, naturalmente, que o Senado da República que tanto reclamou na CPI dos Precatórios, não tem sido amparado por notas técnicas, possa na verdade, politicamente, passar à margem das questões que estão sendo suscitadas pelo Banco Central e pela Secretaria do Tesouro Nacional. Na verdade, eventualmente, autorizar a União a dar o aval que viabiliza o empréstimo.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria concluir aqui esta breve oração, dizendo que por acordo de Lideranças com Vossa Excelência, estamos encaminhando um requerimento para a constituição de uma Comissão Especial, para poder acompanhar e negociar, tanto do ponto de vista do Governo, quanto das ações que devam ser empreendidas pela Assembléia Legislativa, contraditando o que decidiu a ADIN, que quebrou, na verdade, toda uma expectativa que havia da vida dos servidores públicos do Paraná, que hoje, angustiados, não sabem o que será o seu dia de amanhã, graças a ação do Procurador Geral do Estado do Paraná, que quebrou do Supremo Tribunal Federal uma lei que havia sido votada por esta Casa, a Lei nº 10.219, que estabelecia o quadro de Regime Único e a transferência dos servidores celetistas para o quadro de servidores estatutários.

Creio que essa é inegavelmente uma grande questão e certamente esta Casa poderá analisar o desdobramento dessa questão à luz, é claro... sem que possamos, amanhã, por exemplo, segundo sei, votar um projeto como esse que está tramitando desde terça-feira, pelo menos daí publicamente, que é a criação do tal PARANAEDUCAÇÃO, que é inegavelmente uma ruptura com o ensino público e gratuito, com as conquistas que a sociedade paranaense teve, ao longo da sua história, garantindo um ensino de 1º e 2º graus de qualidade, que tem passado por dificuldades enormes, pela falta de uma ação efetiva do Governo na área de educação.

Pasmem, Srs. Deputados! Que à luz de uma absurda interpretação do que é uma entidade de serviço social autônomo, quer o Governo do Paraná repassar recursos públicos a uma entidade privada, constituída por amigos do Secretário, para gerir os recursos da Secretaria de Educação.

Creio que os Srs. Parlamentares terão uma grande responsabilidade se endossarem esta verdadeira "maracutaia". Porque já chega o PARANACIDADE, que foi criado, que o Secretário Lubomir Ficinski nem presta contas para o Tribunal de Contas. E também não presta contas à Secretaria de Educação.

Não é possível que rasguemos a Constituição do Estado do Paraná, que assegura o ingresso, única e exclusivamente por concurso público, para que os nossos professores possam ter estabilidade.

Nós da Bancada do PMDB somos radicalmente contrários a esse PARANAEDUCAÇÃO, que contraria o interesse público. Não é possível que possamos assistir passivos a privatização da educação no nosso Estado. Amanhã, serão as universidades estaduais, porque o Governo quer é cobrar mensalidades. Não são os filhos dos senhores que estudam na escola pública, são os filhos dos trabalhadores paranaenses. Isso é romper com uma tradição da Constituição do nosso Estado, que é o ensino público gratuito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Joel Coimbra.

O SR. JOEL COIMBRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho em mãos o resultado de uma avaliação feita pelo Ministério da Saúde, nos 26 Estados e no Distrito Federal, para analisar a situação da saúde no Brasil.

Um aspecto interessante foi que as notas ficaram na base de 6.1. Foram atribuídas notas de 0 a 10, e a média geral foi 6.1. Média considerada baixa pelo Ministério da Saúde, que segundo o Secretário Assistencial do Ministério, a média deveria ficar no patamar de 8.0. Os elementos avaliados foram as normas gerais do sistema, assistência hospitalar, assistência ambulatorial e controle, avaliação e auditoria.

O que queremos ressaltar aqui, é que o Paraná ficou em 1º lugar no âmbito geral, com a média 8.4. Seguido depois do Estado de Minas Gerais e do Estado de Mato Grosso, com a média 8.1. No tópico relacionado à assistência hospitalar, o Estado do Paraná ficou com a média 8.9. Na assistência ambulatorial, 7.3 e na área de controle, 9.4. Uma nota que devemos ressaltar, que até nos surpreende, é ver que

o Estado de São Paulo assumiu a 14ª colocação, com a média 4.9.

Em função disso, queremos manifestar a nossa alegria por esse resultado e apresentar as nossas congratulações ao nosso Secretário de Saúde, Dr. Armando Raggio, cujo esforço e empenho é por todos conhecido. O Dr. Armando Raggio, que tem enfrentado grandes dificuldades no gerenciamento da saúde, porque todos sabemos das dificuldades que passa o país, e em função disso, um elemento dessa natureza nos faz mais tranquilos, porque é o esforço que vem sendo feito pelo Governo, ele está sendo compensado.

Mais uma vez, gostaria de ressaltar que é importante que esse sucesso, essa avaliação seja repartida com o Poder Legislativo. Poder Legislativo que em todos os momentos se mantém vigilante em todos os setores. Tenho certeza que é da atuação do Legislativo que podemos colocar o Paraná nesta posição, no momento que enfrentamos tantas dificuldades, no momento em que os índices, de um modo geral, não favorecem nem ao Paraná e a nenhum Estado do Brasil.

É louvável verificar uma situação dessa natureza e é louvável também, podermos repartir com a Assembléia Legislativa, podemos ter a tranquilidade de que a Assembléia Legislativa participou, para que o Paraná tivesse esta posição.

Portanto, peço o apoio dos eminentes colegas, no sentido de apoiar o requerimento que estamos apresentando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário do Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra, o Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros e companheiras, servidores públicos que se encontram nas nossas galerias.

O nosso companheiro de bancada, Péricles Mello, desta tribuna, teceu alguns comentários sobre o Dia Internacional dos Direitos Humanos. Dia, hoje, que creio, no mundo todo não existe festa, porque no mundo todo há desrespeito aos direitos humanos. Os desrespeitos vão desde a violência física, até a violência econômica, haja vista a grande quantidade de desempregados que tem hoje no mundo todo.

Vou tecer alguns comentários, no que diz respeito aos direitos humanos do nosso Estado do Paraná. Apesar de

termos lei, aprovada já em 1995, até hoje, o Governo do Estado do Paraná não criou o Conselho Permanente de Direitos Humanos. Não o formou e foi criado por lei. Porque não há interesse na instituição, de que direitos humanos seja uma política, não há interesse porque na história recente do Paraná, mas tem tido, são casos de violências policiais contra o cidadão comum. Essa violência do Estado, portanto, não interessa ao Estado ter um Conselho Permanente de Direitos Humanos.

Esta Casa Legislativa, que deveria ter a independência em relação ao Poder Executivo, não o tem. Pois aqui, foi criada uma Comissão de Direitos Humanos, foi instalada, porém não trabalha, porque desde que ela foi instalada, tem se tornado crescente a denúncia de desrespeito aos direitos humanos, e no entanto, nada tem sido feito, nenhuma iniciativa tem sido tomada por esta Comissão.

Se for para ter Comissão para fazer de conta, é melhor que desfaça, porque não cria os anseios na população que vem até esta Casa, ou a qualquer um de nós Parlamentares, dizendo: "Deputado, a Assembléia Legislativa tem Comissão de Direitos Humanos?" E quando chega a mim, sou obrigado a dizer: "tem, mas não funciona". Porque ela tem que ser ativa, e não passiva. Ativa, no sentido de buscar o que está acontecendo na sociedade e trazer aqui para dentro.

Mas, como tem esperado passivamente, trago dois casos. Um, já relatei, desta tribuna, e espero que esta Comissão se manifeste.

Recebi a carta de uma das vítimas da polícia, aqui do nosso Estado. Diz: "no dia 2 de novembro de 1997, às 14:40 daquele domingo, Antonio Carlos e mais 10 amigos, entre eles 3 meninas, todos adolescentes, brincavam próximos a uma prainha, e quando voltavam, ao passarem por uma chácara, correndo para alcançarem uns aos outros, que estavam um pouco à frente, ele ouviu um tiro e sentiu outro nas costas, vindo de um policial que fazia segurança de uma chácara de propriedade do Sr. Mário B.. Em seguida, o que disse ter dado o tiro, apresentou-se na delegacia, como autor dos disparos, alegando que tinha atirado, porque eram invasores de terra. Disse também que jogou a arma no rio, porém ela não foi encontrada pelo Corpo de Bombeiros.

Antonio Carlos ficou internado 22 dias no Hospital Cajuru. Saiu. Está

numa cadeira de rodas, é paraplégico. A bala atingiu a coluna cervical".

Tenho aqui uma foto do Antonio Carlos. Nasceu em fevereiro de 84 - uma criança - e a Comissão de Direitos Humanos desta Casa não tomou a mínima iniciativa. Por que uma Comissão de Direitos Humanos?

Aconselho, se é que conselho vale, para que cada partido que indicou seus membros, cobre de seus membros a presença e o funcionamento desta comissão.

E quero trazer uma outra denúncia. Nesta Casa, tem uma funcionária que se chama Maria Soares da Silva Porto, cujo filho de 26 anos, foi encontrado enforcado em janeiro deste ano. Até hoje, o Instituto Médico Legal não liberou o corpo - apesar de reconhecido - não liberou nenhum documento, e omite-se a dar qualquer informação aos funcionários desta Casa.

É caso para a Comissão de Direitos Humanos, cobrar da Polícia Civil, através do IML. Por que este tipo de comportamento e desrespeito à uma família que sofre a morte de um filho seu? E mais, já foi trazido para esta Comissão, a qual não se manifestou nenhuma vez.

Foram assassinadas 4 pessoas, 4 adolescentes, no Município de Foz do Iguaçu. As testemunhas continuam reafirmando que foram policiais que assassinaram. A Comissão não ouviu ninguém, não tomou nenhum depoimento, não foi à Foz do Iguaçu.

Uma das testemunhas, sentindo-se ameaçada pela polícia, teve que se refugiar no Paraguai, no país vizinho, e de lá voltou, tempos depois, desnutrido e com insolação.

Esta Comissão não fez uma manifestação pública. Precisou a Câmara Federal, através de sua Comissão de Direitos Humanos, pedir proteção a estas testemunhas.

O que faz o Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, que não se manifesta? Não convida para reuniões? É o que estamos cobrando, já há cerca de um mês, nesta tribuna. O Presidente, Deputado José Tavares, tem que ter ação ativa, convocar a comissão e sair a campo, para trabalhar. não é possível tanto desrespeito aos direitos humanos, e nenhuma ação.

Ainda ontem, foram chamados para depor, os acusados da morte de Rafael Zanella. Não foi o escrivão acusado depor, alegando que estava internado, que está doente.

E essa comissão foi solicitada, através dos próprios familiares, do pai e da mãe de Rafael Zanella.

Já usei esta tribuna quando ele foi assassinado, e a carta que o irmão dele enviou ao Palácio Iguaçu. A Comissão foi estimulada, não tomou nenhum depoimento. Comissão não é para ouvir delegado, não é para requisitar só documentos oficiais, Comissão de Direitos Humanos tem que ir a campo, tem que investigar, tem que ir atrás dos responsáveis. Comissão de Direitos Humanos, como tem gente que diz que é para defender bandido, não é, é para defender os direitos humanos, quando, principalmente, que está afrontando esses direitos humanos é o Estado.

E o Estado do Paraná, ultimamente, tem afrontado os direitos das pessoas em relação a esses crimes e a esses assassinatos, ou em relação ao atentado à economia, quando de pretende destruir salários e privatizar serviços. Isso também é atentado aos direitos humanos.

Cobramos desta Comissão, que ela deixe, saia dos bancos aqui de dentro, bote o pé na estrada, e peço a cada partido que indicou o membro Deputado para esta Comissão, que pergunte a ele se tem a disposição para trabalhar. Se não tiver, convém substituí-lo, porque quando Leila White foi assassinada, aqui neste Estado, foi a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal que veio pedir a intervenção, veio pedir a apuração do caso.

E agora a questão de Foz do Iguaçu, é a Comissão de Direitos Humanos da Câmara. E a nossa, dorme na paz tranqüila da instituição? Ou tem medo de afrontar, tem medo de se contrapor às afrontas que o Estado impõe?

Estas são as questões que quero cobrar, desta tribuna, neste momento.

O Sr. Ricardo Chab - Gostaria de fazer algumas colocações, até no sentido de auxiliá-lo, nesta tribuna, com relação ao episódio do menor lá de Almirante Tamandaré.

Infelizmente, mas infelizmente mesmo, há uma manobra toda para ocultar o verdadeiro autor deste atentado, cuja foto o senhor tem, e cuja matéria já mostrei, são várias, e que fiz com a mãe, com o menino que infelizmente vai ficar numa cadeira de rodas, como o senhor fez referência.

Há uma manobra para esconder o réu autor. Por que uma manobra? Porque no dia em que denunciávamos o caso do garoto que tomava banho no rio e que foi baleado, que foi confundido com invasor, baleado por seguranças de uma chácara, cujo nome o senhor falou, inclusive, numa das suas participações

na tribuna. No dia em que fazíamos a denúncia, eu levava o caso lá para a Rádio Cidade, para a Rede Bandeirantes, levantávamos a informação com a mãe, enfim, com as pessoas ligadas ao menino, surgia, inesperadamente, na Delegacia de Almirante Tamandaré, um "cara" que se intitulava sendo o autor daquele tiro. E aí, o depoimento dele, Deputado Rosinha, pouco mais de 18 linhas, dizendo o seguinte: "olha, eu estava pescando, quando me senti acuado por um bando de menores. Armado, peguei a arma, dei três tiros em direção daquelas crianças que ali estavam. Assustado, corri e joguei a arma no rio".

Buscas foram feitas no rio, a arma não foi localizada. Esse cidadão que se apresenta, diz ser corretor de imóveis, e que fora acuado pelos menores. Ora, é sabido que aquele lugar, que é particular, é guardado por policiais militares, que ganham 50 reais, 25 reais por dia, para fazer a segurança, e do outro lado, temos uma criança baleada, na cama.

Ora, gente, coincidentemente, ali havia um corretor de imóveis pescando e que deixou uma criança de 14 anos no leito de uma cama para o resto da vida.

Então, de repente, não sou mais inteligente que ninguém, mas papel de trouxa e de otário é que o Sr. Deputado Rosinha e eu, todos nós aqui dentro, não podemos ter.

Acho que, de repente, quero solicitar à Comissão de Direitos Humanos - faço parte da Comissão de Segurança Pública, sou Presidente da Comissão de Segurança Pública - muito pouco posso fazer, mas o que posso fazer tenho feito, inclusive reuniões aqui na Casa, para discutir a questão da insegurança, hoje, em Curitiba e Região Metropolitana, porque o próprio Prefeito de Curitiba concordou comigo, quando eu disse que não precisa fazer uma pesquisa em Curitiba, não precisa perguntar à população qual o drama principal da população, hoje. Todos falam que é a segurança.

Então, Deputado Rosinha, acho que mais do que nunca, a Comissão deveria apurar a fundo o caso deste garoto de 14 anos, que conheço bem.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. DR. ROSINHA - Vossa Excelência complementou aquilo que tem saído na imprensa.

Agora, a Comissão de Direitos Humanos desta Casa, tem a obrigação de investigar, porque todos sabemos, a mãe sabe, todos sabem, que o tiro par-

tiu de um policial que estava fazendo um "bico", porque ganha um péssimo salário na Polícia Militar.

Era um domingo à tarde, e era segurança de uma chácara do Sr. Mário, no Município de Almirante Tamandaré. Dá um tiro numa criança, deixa com deficiência física, e esta comissão absolutamente não faz nada, não ouve ninguém.

Hoje, neste Dia Mundial dos Direitos Humanos, poderíamos ter aqui a comissão, mesmo que tivesse um curto período de existência, prestando conta, de uma maneira positiva, como faz a Câmara e as Assembléias de Deputados pelo Brasil afora. A nossa não tem nada a falar, porque está sendo omissa em relação a todos estes casos de agressão à pessoa humana, neste Estado.

Por último, queria dizer aos servidores públicos do nosso Estado, que eles também têm sido vítimas dos seus direitos. E direitos humanos. O direito a ter um emprego digno, decente, o direito a ter um salário, o direito de saber que amanhã, quando chegar, não vai estar instável, o direito de trabalhar e contribuir para que o serviço público seja eficiente e de qualidade.

Mas, o Governo do Estado do Paraná, num atentado coletivo aos direitos humanos, quer destruir um direito fundamental do homem, da raça humana, que é o do trabalho. E faz isso, criando mil e um empecilhos, para que o trabalho deixe de ser uma coisa agradável e prazerosa.

Pede-se uma ADIN no Supremo, com o intuito de afastar um segmento dos servidores públicos, privatiza parte dos serviços, como agora, da educação, para que aquele trabalhador que teria o prazer de trabalhar, que faria do trabalho não só um dever, mas também um direito ao trabalho, e um dever de cumprir suas obrigações, passe a ser, única e exclusivamente, uma obrigação temerosa. Passa a temer o chefe superior, por mais íntimo que seja este chefe, porque não importa mais a qualidade do serviço, mas vai importar de que lado está na política, porque se não estiver do lado do governante, do superior, será demitido, porque será um CLT passível de demissão, após aviso prévio de 30 dias.

Este é mais um atentado aos direitos humanos, e de uma maneira coletiva, de cerca de 30 mil trabalhadores do serviço público do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passamos ao Horário das Lideranças. Com a palavra o PSDB. PT. PTB. PPB.

(Declinam)

Pelo PMDB, com a palavra o Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Amanhã, deve entrar nesta Casa, para discussão da constitucionalidade, o projeto da PARANAEDUCAÇÃO. Recebemos um documento da APP - Sindicato, no qual manifesta a sua posição contrária à criação da PARANAEDUCAÇÃO.

Entendemos que o Governo, hoje, com a maioria que tem nesta Casa, fará valer a sua vontade e esse projeto poderá ser aprovado ainda neste período legislativo, o que seria, no nosso entendimento, se aprovado desta maneira, seria talvez uma atitude precipitada dos Srs. Parlamentares, e que poderia vir causar seríssimos prejuízos para a educação do Paraná, para o quadro do magistério no Paraná, enfim, trazer consequências graves para todo o quadro do funcionalismo no Estado.

Entretanto, não estamos aqui apenas para criticar, para sermos contrários, sermos oposição, ou defendermos uma idéia ou um projeto. Estamos aqui para discutir idéias. Acho que este é um momento de reflexão, Srs. Parlamentares. Acho importante que façamos, juntos com a APP Sindicato, junto com os professores, com a Liderança do Governo do Estado, junto com a Secretaria de Educação, façamos uma ampla discussão a respeito desta iniciativa do Governo do Estado. É uma iniciativa que, como iniciativa, é louvável. Acho que o Governo do Estado está procurando sanar um problema que existe.

Agora, entendemos que do jeito que está colocado neste anteprojeto de lei, poderá vir a trazer prejuízos e esta Casa será responsabilizada por este ato. Daí a nossa colocação.

Sabemos que existem hoje 18 mil e 700 celetistas contratados pelo Governo do Estado, irregularmente, isto entre aspas quero dizer aqui. Por que irregularmente? Porque a lei prevê que o Estado, em questão de emergência, quando não há concurso público, efetue a contratação, por um período de até 2 anos, para um professor suprir numa sala de aula.

Acontece que temos este problema, vemos este problema, estamos vendo este problema se arrastar ao longo dos anos no Estado do Paraná. Isto carece, Srs. Parlamentares, de uma legislação,

de uma legalidade, no nosso entendimento. E esta legalidade você não supre pura e simplesmente, Deputado Vannoni, fazendo um amplo concurso público para atender e fazer com que esses 18 mil e 700 professores da rede pública do Estado, celetistas, sejam regularizados como num passe de mágica.

Já tivemos esta experiência nos governos anteriores. Você faz um concurso, e como ele é público, é aberto a todo e qualquer cidadão que se habilita ou que tenha condições de habilitação. De 18 mil vagas, vamos dizer assim, passam, desses 18 mil professores que estão na ativa, acabam sendo aprovados 5 mil, 6 mil, 7 mil professores. E os outros 11, 12, 13? Vamos jogá-los à rua, como se jogam às traças? Não! Eles são cidadãos, professores que têm um processo de avaliação e de aprimoramento, têm uma história nas suas escolas, têm um trabalho que vem sendo desenvolvido.

Daí a preocupação com o cidadão, com o professor, com o funcionário, mesmo que seja celetista, ele é funcionário do Estado, e também com a legalidade que um concurso puro e simples, na letra fria da lei, ele aprova aqueles que obtêm a maior média num concurso qualquer que seja.

Com isto, surge mais um problema, aqueles que passam no concurso e querem a sua admissão no Estado, e aqueles que não passaram no concurso e que são professores, que já estão na ativa e que estão trabalhando normalmente, não querem perder o seu emprego. Vêm para cima da APP, vêm para cima da Secretaria da Educação, vão para cima da diretora, vêm para cima da Assembléia, e está criado o problema, como já foram criados outros problemas no Estado do Paraná.

A nossa proposta, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é fazer uma pelo ao Líder do Governo, para que não submeta, e ao nosso Presidente Anibal Khury, que sempre teve bom senso nas questões aonde se trata da vida e do futuro do ser humano, queria fazer um apelo ao nosso Presidente, ao nosso Líder do Governo, para que ampliássemos o prazo dessa discussão, desse projeto.

Entendo que ele não é o melhor caminho, não é a melhor solução, mas pode ser uma solução plausível, de médio prazo, de curto prazo, para se resolver um problema que temos hoje.

Sabemos que o Tribunal de Contas sempre fica implicando com as prestações de contas e declarando essas contas irregulares na questão do funcio-

nário CLT, com prazo extrapolado na questão do período de contratação acima de 2 anos.

Sabemos que os concursos públicos amenizam de um lado e criam problema do outro.

Temos na nossa argumentação o apelo para que haja um prazo maior de discussão, e gostaríamos de apresentar apenas algumas colocações para modificação deste projeto do PARANAEDUCAÇÃO, ou seja, primeiro: adotar a empresa. Esta empresa, sem fins lucrativos, num caráter de transitoriedade, não num caráter definitivo. Segundo: por que transitoriedade? Porque ela viria legalizar uma situação de 18 mil e 700 professores, hoje celetistas de forma irregular, e proporcionar oportunidade de geração de novos concursos e paulatinamente ir se regularizando nesta situação. De que maneira? Democratizando os poderes da diretoria executiva dessa empresa e do conselho, com paridade dos membros, contemplando todas as entidades interessadas.

Da mesma forma, estipular uma limitação. Vejam bem, Srs. Deputados, uma limitação de que esta empresa não possa contratar mais do que 25%, ou 20, ou 15, de acordo com a comissão que poderá ser formada para discutir isso, apenas como hipótese, como exemplo, não poderá contratar mais do que 25% dos estatutários do magistério, uma vez que a finalidade desta empresa será de legalizar uma situação de 18 mil e 700, ou 20 mil funcionários irregulares no quadro do magistério do Estado.

Outro item: determinar, por lei, a obrigatoriedade por um período "x" de no mínimo um concurso público ao ano, no mínimo um concurso, para que possam esses professores que estão nessa empresa transitória, possam se habilitar, passar no concurso público e ingressar no quadro do magistério.

Outro item: que a remuneração e os incentivos proporcionais aos funcionários estatutários sejam sempre superiores aos contratados da empresa transitória, vamos dizer assim, empresa PARANAEDUCAÇÃO.

No nosso entendimento, Sr. Líder do Governo, essa empresa, embora alguns membros da minha bancada tenham posições contrárias, acho que poderá ser uma medida que venha resolver um problema que existe hoje. Não podemos esconder, esse problema existe, e está caracterizado no Estado do Paraná. Não é só problema do governo, é um problema desta Casa de Leis, é um problema da APP Sindicato, é um problema da Secretaria da Educação e é um problema

dos próprios funcionários, que estão aí numa situação de irregularidade.

Então, gostaria de fazer um apelo ao Líder do Governo, para que pudéssemos prorrogar essa questão para uma discussão mais aprimorada, e convocar também as entidades que estão aqui presentes, para que possamos ampliar essa discussão.

Concedo um aparte ao Deputado Colombo, nosso Presidente da Comissão de Educação desta Casa.

O Sr. Irineu Colombo - Deputado Renato

Adur, a preocupação de Vossa Excelência é somada com a nossa, na medida em que entendemos não haver a necessidade, primeiramente, da criação dessa empresa.

Primeiro aspecto: a saída era e continua sendo, para este Governo, preparar para o concurso público.

Todo mundo sabe da flexibilização que possa ser dada, inclusive, se houver inchaço no serviço público com os professores, aula de informática, recuperação, fluxo, etc.

A saída é concurso público de provas e títulos, conforme manda a Constituição Federal e a LDB. Era isso que o Governo deveria fazer, e não se preocupar em demasia com o PROEM, com os recursos que acabam não vindo, e propõe uma empresa que formalmente tem uma espécie de controle público, mas a responsabilidade é pulverizada, na medida em que se cria órgão gestor, formado por aqueles ligados, obviamente, ao governo, que passa a administrar o recurso de uma forma privada, sendo que esses recursos são públicos, podendo contratar empresas, abrir crédito, contratar o professor na escola. O professor é contratado de forma sutil, sem transparência nenhuma, sem o poder da pressão pública. O diretor da escola e o presidente da APP têm uma relação muito pessoal, e do ponto de vista jurídico, ele pode estabelecer qualquer tipo de contrato.

Temos flagrantes de inconstitucionalidades, ilegalidades perante a LDB e a não necessidade do projeto.

Sem uma maior discussão, a Bancada do Partido dos Trabalhadores vai votar contra o projeto, por entender, em primeiro lugar, há um esforço do governo, um gasto de dinheiro para se criar uma empresa que não há necessidade.

Ah, mas tem professor CLT que não pode ser mais contratado! Ora, o Sr. Secretário do Governo do Estado sabia desde o início da administração, que deveria regulamentar essa situação.

Deixou a bola de neve ficar enorme, grande o pepino, para falar agora: "você Deputado tem 3 ou 4 dias para mandar uma situação jurídica". Isso é um absurdo! Não se discute com a comunidade!

Haverá o argumento de dizer que o professor CLT não vai ser contratado, se não criar essa empresa para se resolver o problema. É que o próprio poder não deixou o problema surgir e se avolumar. Ainda mais, colocou um problema extra, que é a ação direta de inconstitucionalidade, que coloca mais celetista no mercado para a empresa contratar mais fregueses para essa empresa.

Deputado, para discutir mais o mérito da questão, estou neste momento convocando, depois o farei de forma oficial, os membros da Comissão de Educação, bem como suplentes, para uma reunião, segunda-feira próxima, às 09:30 horas da manhã, na Sala das Comissões, onde ouviremos e estaremos fazendo contato com as entidades, sobretudo a APP Sindicato, que tem um acúmulo formidável de informação sobre essas questões no Brasil e a nível internacional, mas que foi também pega de surpresa, sem comunicação, tato político do governo em comunicar essa entidade, que tanta história tem no Paraná. A entidade estará presente, entre outras com parecer jurídico. Ouviremos os Deputados, as suas ponderações, do ponto de vista do mérito.

Portanto, comunico a Vossa Excelência, diante de sua preocupação do mérito, que a Comissão de Educação vai tratar, não se esgotando a discussão apenas da comissão, mas desde já, convocada a comissão.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. RENATO ADUR - Perfeitamente, Deputado Colombo, concordamos com Vossa Excelência, na sua preocupação.

Quero deixar claro que a Bancada do PMDB, neste projeto, do jeito que está, votará contra.

Agora, entendemos, o entendimento é deste Parlamentar, que o projeto merece, carece, de uma discussão mais aprimorada. E este projeto com as entidades, com a APP, com a Liderança do Governo, com a complacência da nossa Presidência, poderemos vir a solucionar os problemas de mais de 18 mil professores, no Estado do Paraná, que estão hoje categorizados como celetistas. Poderemos criar uma normatização de efetivação de concursos públicos anuais, num critério em que se possa determinar esta questão e regularizá-la.

Poderíamos também criar mais um item, nesta discussão, de que o número de contratados por esta PARANAEDUCAÇÃO pelo período de 6 meses, de 1 ano, não fosse superior, ou fosse, exclusivamente, destes 18 mil e 700 celetistas que estão vinculados ao Estado, para que pudesse amarrar esta questão.

Enfim, quero abrir aqui uma discussão, quero fazer um apelo ao Líder do Governo, Deputado Rossoni, para que ampliemos o prazo dessa discussão.

É a nossa colocação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e entendemos que se este projeto for aprovado do jeito que está, poderá trazer seríssimos reflexos para o Governo, na legislatura atual e para as próximas legislaturas, no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário da Liderança do Governo, concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Faço uso da tribuna para responder os pronunciamentos de ilustres Parlamentares e para mostrar aqui a verdade sobre algumas questões, que para o povo paranaense é importante tomar conhecimento.

Quando vemos um Parlamentar subir à tribuna e falar em insolvência do Estado do Paraná, deixa todos os paranaenses preocupados, sem sombra de dúvida. Porque o ilustre Parlamentar, quando fala que o Estado do Paraná está em insolvência, ele fala porque leu e viu nos jornais. Só que ele esqueceu de ler outros jornais.

Numa outra questão, ele levanta, e é importante, porque temos aqui servidores públicos, ele diz que o Governo do Paraná compromete a receita do Estado em mais de 80, 76% em média.

Mas, o que queria perguntar aqui, a quem diz que gastamos muito da receita, em folha de pagamento, seria importante que este Parlamentar, além de fazer este pronunciamento catastrófico que faz, fizesse também, aqui, um diagnóstico, e desse a solução do problema. Porque se gastamos hoje 76% em folha de pagamento, qual é a solução para o Estado do Paraná? A solução, naturalmente, é diminuir o salário de funcionário, ou demitir funcionário.

Vejo aqui, também, o Senador Requião, no Senado da República, fez um pronunciamento esta semana. E diz que no seu governo ele comprometia 58,61%

da receita do Estado, com folha de pagamento.

Tem duas questões importantes que o Senador esqueceu de acrescentar no seu pronunciamento, e é bom ressaltar. Primeiro, se hoje os funcionários públicos já ganham mal, imaginem o que eles ganhavam no governo anterior. E a outra questão de fundamental importância - e não podemos esquecer que parte do comprometimento que temos hoje com folha de pagamento, foi a atitude do ex-Governador em extinguir o Fundo Previdenciário do Estado. Isso o Senador esqueceu de contar aos Senadores da República, que era importante que ele dissesse o porquê foi extinto o Fundo Previdenciário do Estado, se nos próximos dias o Estado deverá encaminhar a esta casa um projeto de lei para se criar novamente esse fundo.

Então, quando se fala em comprometimento da folha de pagamento, é bom que se leve em consideração essas questões, para serem analisadas.

Quando fala aqui também da insolvência do Estado - ontem se terminou com essa questão, porque teve que se pronunciar o Ministro da Fazenda, para encerrar esse episódio da questão dos empréstimos que o Estado do Paraná está pleiteando junto ao Senado da República.

O Ministro Malan encaminhou ontem ao Senado o aval, e disse com todas as letras - está aqui no seu ofício - que o Estado do Paraná tem condições de obter esses empréstimos, e que o Governo Federal dá o aval.

Acredito que não tem autoridade maior neste país do que o Ministro da Fazenda, para encerrar essa novela. Tenho certeza que será encerrado este capítulo hoje, com a aprovação dos empréstimos ao Governo do Paraná.

Queremos aqui colocar uma outra questão, que alguns técnicos do Banco Central enviaram ao Senado da República, apresentando questões que os burocratas tentam de todas as formas - e não sei qual é a jogada política que tem atrás disso - contribuir para obstruir a votação no Senado dos empréstimos do Paraná. Teve que vir o Ministro da Fazenda e oficiar o Senado para resolver essa questão de uma vez por todas.

E vejam o tamanho da injustiça que se faz ao Paraná - principalmente aos agricultores. Todos os últimos governos do Paraná tiveram financiamentos internacionais. O Governo de Ney Braga, o Governo Richa, o Governo Alvaro Dias, o Governo Requião - que é um financiamento internacional para apoio à agricultura, que se encerrou

no primeiro ano do Governo Jaime Lerner. O único governo que não pode ter empréstimo para apoio ao pequeno agricultor é o Governo do Paraná, porque hoje não temos Senadores do Paraná que defendam os interesses do Governo do Paraná. Não temos Senadores que defendam os interesses dos projetos do Governo do Paraná.

Por isso, mais do que nunca, temos que levantar, cerrar fileiras e elegermos um Senador da República que defenda os interesses dos projetos do Governo do Estado do Paraná.

Para encerrar, Sr. Presidente, também vejo na Gazeta Mercantil, porque aqui temos algumas pessoas que buscam nos jornais qualquer coisa que fale contra o nosso Governador, ou contra o Paraná, eles buscam nos jornais e fazem uma leitura com grande alegria. Gostaria depois, de fazer a entrega de uma matéria que tem na Gazeta Mercantil, onde diz o seguinte: "novos tempos na administração pública e na política" - aí diz uma parte: "Jaime Lerner tem se revelado como figura de administrador político do mais alto nível". Está escrito na Gazeta Mercantil, e quem duvida disso, está escrito aqui!

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) -

Quero fazer, em nome do Governo do Estado do Paraná, que esta nota da Gazeta Mercantil esteja escrita nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - de tão relevante importância para a discussão e os problemas do futuro do Estado do Paraná e do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência encaminhe o requerimento pedindo a transcrição.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Farei por escrito o requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI - Vou conceder o aparte ao Deputado Durval Amaral.

O Sr. Durval Amaral - Sr. Presidente, nobre líder da Bancada Governista.

Quero só somar a esse seu pronunciamento, com relação ao endividamento externo do Estado do Paraná, dizer que nos últimos anos, o Governo Jaime Lerner, em razão às restrições impostas pelo Senado da República, diminuiu o seu endividamento externo em 8%. Quer dizer, a nossa dívida caiu, porque efetivamente os recursos destinados ao Estado do Paraná ao exterior acabaram

não ingressando no Tesouro do Estado do Paraná.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. VALDIR ROSSONI - O que é importante ressaltar, Deputado Durval Amaral...

O Sr. Ângelo Vanhoni - Humildemente, a minoria nesta Casa, solicita ao líder, alguns apartes, para que possamos travar um debate e possa acrescentar algo mais a respeito dos problemas do Paraná.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sempre tenho dado o aparte a Vossa Excelência. Agora, o que Vossa Excelência tem que entender, que eu gostaria de fazer o meu pronunciamento com tranquilidade, porque estou discorrendo sobre uma questão séria, e em todos os seus pronunciamentos, quando peço um aparte, aguardo que Vossa Excelência me conceda.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - O que queremos, é a possibilidade de pedir um aparte para Vossa Excelência. Vossa Excelência não quer nem ouvir o nosso aparte.

O SR. VALDIR ROSSONI - Concedo um aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência, no começo do pronunciamento, pergunta soluções.

A primeira lei que aprovamos aqui na Assembléia, foi a criação de 600 cargos em comissão para o Executivo, para a área do Palácio Iguaçu. A criação de um cargo chamado AE-1, que tem prerrogativas e salário de Secretário de Estado.

Na sequência, tivemos gratificações aos Secretários de Estado.

Para esses cargos de comissão criados, 100% de aumento que não foi dado aos demais serventuários. Houve uma série de inchaços no pico da pirâmide para poucos, e que representa muito, e que poderia ter sido dado para a base.

Vossa Excelência fala, reporto-me, porque Vossa Excelência, quando sustenta uma questão, não a sustenta no presente, procura evocar o passado. Acontece que o Governo não deu nenhum aumento em 3 anos, que ultrapasse 10%. Nenhum. Não houve nenhuma recuperação salarial. O que não consigo explicar é como, sem dar aumento, levanta-se um índice que era, por essa resolução que

o Senado tem em mãos desde ontem, 51% de comprometimento da folha, está em 74% sem dar aumento para o funcionário público.

O SR. VALDIR ROSSONI - Vossa Excelência está mal informado.

O Sr. Caíto Quintana - É o que está escrito no parecer do Tesouro Nacional. Pelo cálculo dele, era 51%, foi para 74%. Não houve aumento. A matemática é diminuir o inchaço de cargos em comissão. Isso está comprometendo a folha.

O SR. VALDIR ROSSONI - Quando Vossa Excelência diz que não houve aumento, os professores tiveram aumento. Aprovamos aqui o plano de carreira das Universidades. Há poucos dias, foi sancionado pelo Governador o aumento do IAPAR. A Polícia Militar teve aumento.

Estamos, sim, em dívida. Estamos fazendo um esforço, porque sabemos que estamos em dívida com o Quadro Geral do Estado, que não recebeu aumento. Aí concordo com Vossa Excelência. Isso, reconhecemos publicamente.

Agora, Vossa Excelência dizer que ninguém recebeu aumento, daí concordo com Vossa Excelência, o qual reconhecemos publicamente.

Agora, Vossa Excelência vir querer dizer aqui, que ninguém recebeu aumento, é no mínimo querer fazer o pronunciamento que foi feito no Senado da República, que não é verdadeiro.

Agora, o que queremos, o que estamos fazendo neste Estado, é corrigindo a grande dívida que recebemos do Governo anterior e, que tenho certeza absoluta que vamos corrigir essas dívidas. Essa dívida que você não enxerga, mas que custava ao bolso do servidor. Imagine se tivesse acontecido o que o Deputado Caíto Quintana falou: "que ninguém tivesse recebido aumento".

Mas, para concluir o meu pronunciamento, porque não quero de estender, porque encerrou o meu tempo, o me desculpe o Deputado Ademar Traiano, Deputado Júlio Ando e o Deputado Ângelo Vanhoni, que me pediram um aparte.

Quero dizer aos senhores o seguinte: somos uns dos poucos Estados brasileiros que vamos pagar o 13º salário em dia, sem fazer aro. O nosso governo já pagou este ano, de dívidas contraídas em governos anteriores, mais de 160 milhões de dólares. Agora, o nosso Governo não pode contrair dívidas para serem financiadas em 30

anos, que com o crescimento industrial que vai ter este Estado, não temos dúvidas que vamos pagar essa conta, que vamos corrigir a grande dívida que recebemos com o funcionário público deste Estado.

Os mesmos que no passado, nunca trouxeram um secretário para ser ouvido nesta Casa, os mesmos que hoje defendem o funcionário público aqui, que é a questão do PARANAEDUCAÇÃO, que estavam se pronunciando, aqui, hoje. Os mesmos que hoje têm o discurso fácil, há poucos dias atrás estiveram no Governo e nada fizeram. Imaginem se eles tivessem industrializado este Estado. Imaginem se eles não tivessem contraindo dívidas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Peço aos Srs. Deputados que respeitem o orador que está na tribuna.

O SR. VALDIR ROSSONI - Imaginem, Srs. Deputados, se tivéssemos estes 160 milhões de dólares, do Quadro Geral, se não tivéssemos que pagar esta dívida de governos anteriores, se vocês já não teriam recebido o aumento que vocês merecem.

Quero encerrar aqui o meu pronunciamento, sempre ressaltando que cada vez que subo a esta tribuna, para colocar verdades, que são doidas, fica aquela loucura desvairada lá do outro lado. Por que? Eles não sabem ouvir verdades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 359/97, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que concede o desconto sobre a taxa de estadia devida pelos proprietários de veículos e/ou ciclomoteres apreendidos nos pátios do DETRAN/PR. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA

C.C.J. E C.F.. **EMENDA DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo. Emenda - Aprovada.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 622/97, de autoria do Tribunal de Justiça, que altera a estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 665/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que destina 10% dos recursos arrecadados ao Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito, para a Secretaria de Estado da Criança e de Assuntos da Família. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 667/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que dispõe sobre a substituição tributária em relação a operações relativas ao ICMS. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. **ANEXO, PROJETO DE LEI Nº 244/97, DE AUTORIA DO DEPUTADO LUIZ CARLOS ZUK.**

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei Complementar nº 667/97, por 10 (dez) Sessões.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 674/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 103/97, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes - DER, visando atender despesas no Projeto Estradas Rurais - Caminhos da Educação. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 675/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 101/97, que dispõe sobre aprovação de ajuste no Programa de Obras da Secretaria de Estado dos Transportes, no valor de R\$

2.619.914,00 (dois milhões, seiscentos e dezenove mil, novecentos e quatorze reais), visando atender as obras dos Projetos Estradas Rurais - Caminhos da Educação e Programa Corredores Rodoviários do Paraná - BID IV. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 106/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 106/97, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 380.175,00 (trezentos e oitenta mil, cento e sessenta e cinco reais), ao vigente orçamento da Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 201/96, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a implantar o Sistema de Proteção à Vida - SIPROV, nos postos rodoviários do Paraná, e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 67, de 22.05.96).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 201/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, tem por objetivo autorizar o Governo do Estado do Paraná a implantar o Sistema de Proteção à Vida - SIPROV, nos Postos Rodoviários do Paraná, e dá outras providências.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que posas impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSÉ TAVARES - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 372/97, de autoria do Deputado Élio Rusch, que cria a Circunscrição Regional de Serviços do DETRAN - CIRETRAN, no Município de Santa Helena. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 119, de 12.08.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 372/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, visa criar a CIRETRAN no Município de Santa Helena.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 372/97

P A R E C E R:

Relatório

De autoria do nobre Deputado Élio Lino Rusch, o presente projeto de lei tem por finalidade criar a Circunscrição Regional de Serviços do DETRAN - CIRETRAN, no Município de Santa Helena.

Fundamentação

A medida proposta já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que através do seu relator ofereceu parecer favorável.

Chamada a se manifestar, esta Comissão de Segurança Pública entende ser de suma importância a criação da referida CIRETRAN, tendo em vista o acúmulo de serviços existentes nas circunscrições regionais de serviços do DETRAN, instaladas na área citada.

Conclusão

Sendo assim, emitimos nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.11.97.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente
EDNO GUIMARÃES - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 569/97, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que concede título de Cidadão Honorário do Paraná a Adriano José Valente. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **(Publ. no D.A. nº 178, de 21.10.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 569/97

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, concede título de Cidadão Honorário do Paraná a Adriano José Valente.

Analisando quanto à constitucionalidade e legalidade, nada obsta que a referida proposição possa prosseguir sua normal tramitação e ser objeto de avaliação em Plenário.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 02.12.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
DOUTOR ROSINHA - Relator

Aprovado.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) -
Gostaria que a Mesa registrasse o voto contrário do PT ao projeto que diz respeito às transformações dos cargos no Poder Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado.

Sobre a mesa, Requerimento nº 3219, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vaisse proceder a verificação de votação.

Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Valdir Rossoni, queiram levantar-se.

Vinte e quatro Srs. Deputados aprovam o requerimento.

Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Sete Deputados rejeitam.

Requerimento **aprovado.**

Requerimento nº 3225, de autoria dos Srs. Deputados Péricles Mello, Ângelo Vanhoni, Luiz Claudio Romanelli, Caíto Quintana e José Maria Ferreira, solicitando a formação de Comissão Especial de Deputados para análise da situação dos servidores públicos do Estado do Paraná frente à Ação Direta de Inconstitucionalidade, em tramitação no Supremo Tribunal Federal, constante do expediente. **Aprovado.**

A Mesa solicita aos srs. subscritores do requerimento que alinhem ao requerimento o número de Deputados que irão constituir essa comissão.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, mesmo que verbalmente, a sugestão que se faz é que sejam 5 integrantes, porque comissão muito grande, Vossa Excelência sabe, que não vai a lugar nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeito. A Comissão será constituída por 5 integrantes.

Na Sessão de amanhã, a Presidência conversará com os Srs. Líderes.

Requerimento nº 3203, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghe-tti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3204 a 3206, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3207, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3208 a 3211, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3215, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimentos nºs 3212 e 3213, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3216, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3217, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3218, de autoria do Sr. Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3220, 3222 e 3223, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3224, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3226 a 3228, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3229, 3220 a 3234, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3235 e 3236, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Após a Sessão Extraordinária, a Comissão de Constituição e Justiça deverá se reunir.

Nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 11, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 212, 558/96, 307, 385 e 504/97.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 359/97.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 201, 372, 569, 582, 608, 686, 711, 715, 716, 717 e 718/97.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS ZUK, EM SESSÃO DO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 1997.

**Conselho Parlamentar do Sul
Assembléias Legislativas dos Estados
do Rio Grande do Sul, Santa Catarina,
Paraná e Mato Grosso do Sul**

Exmo. Sr.
Dr. Jaime Lerner
DD. Governador do Estado do Paraná e
Presidente do CODESUL

Senhor Presidente.

O Conselho Parlamentar do Sul - COPASUL, órgão que representa as Assembléias Legislativas do Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, dirige-se respeitosa-mente a Vossa Excelência, com o intuito de abordar um assunto de extrema relevância para o desenvolvimento de nossa região, e que se refere ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE.

O modelo de sistema de financiamento de longo prazo proposto pelo Banco Central e inicialmente aceito por alguns setores dos executivos dos três Estados do Sul, previa a extinção do BRDE, surgindo em seu lugar as agências estaduais de fomento.

Essas agências regulamentadas pelo Banco Central como entidades de caráter não financeiro, não oferecem a mínima segurança no que concerne à possibilidade de as mesmas virem a subs-

tituir o BRDE, com as vantagens para o desenvolvimento dos Estados. Em vista de tal fato, é prudente que as entidades coexistam até o momento em que, à luz dos fatos concretos, se avaliem os resultados, executando-se, então, as correções que se fizerem necessárias.

Entretanto, para que o BRDE prosiga forte, atuando no apoio à geração de empregos e bem estar social, é de fundamental importância um ajuste em sua situação financeira, através da rolagem da dívida que o Estado de Santa Catarina tem junto ao Banco.

Neste sentido, já existem ações junto ao Governo Federal, conforme se observa no documento expedido pelo Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Sr. Pedro Pullen Parente, encaminhado no dia 11 de agosto passado, ao Secretário da Fazenda de Santa Catarina, onde consta a afirmação de que não existem óbices legais para a continuidade do BRDE e que é factível a sua manutenção concomitante à criação de agências estaduais de desenvolvimento.

Todavia, aquele Ministério condicionou o apoio financeiro do Governo Federal à existência de um acordo claro e expresso entre os controladores da instituição, com relação ao seu futuro e sua forma de gestão.

Assim, e buscando preservar os interesses maiores de nossos Estados, é que os Parlamentares integrantes do COPASUL unem-se aos seus companheiros das bancadas federais, para também solicitar que seja encaminhado, por Vossa Excelência e pelo CODESUL, e ao Sr. Ministro da Fazenda, Dr. Pedro Malan, proposta de manutenção do BRDE como instituição financeira regional de desenvolvimento, incluindo na mesma a questão da rolagem da dívida do Estado de Santa Catarina, além de solicitar a implementação da inclusão do Estado do Mato Grosso do Sul no sistema BRDE.

Na expectativa de que nossa solicitação venha a contribuir para o engrandecimento de nosso povo, expressamos nossos cordiais votos de consideração.

Respeitosamente,

(aa) DEP. FRANCISCO KÜSTER
Presidente da Assembléia Legislativa
de Santa Catarina e Presidente do
Conselho Parlamentar do Sul
DEP. ANIBAL KHURY
Presidente da Assembléia Legislativa
do Paraná
DEP. LUIZ CARLOS ZUK
Vice-Presidente do Conselho
Parlamentar do Sul
DEP. MAURÍCIO PICARELLI
Assembléia Legislativa do

Mato Grosso do Sul
Vice-Presidente do Conselho
Parlamentar do Sul
DEP. JOSÉ GOMES

Assembléia Legislativa do
Rio Grande do Sul
Vice-Presidente do Conselho
Parlamentar do Sul